



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

Eixo temático: Ética, Direitos Humanos e Serviço Social

Sub-eixo: Ética e ética profissional: fundamentos ontológicos e objetivações

cotidianas

ÉTICA E SERVIÇO SOCIAL: UMA ABORDAGEM INTRODUTÓRIA AO FENÔMENO DO PRECONCEITO

GEUNICE TINÔCO SCOLA¹

RESUMO

O ensaio discute aspectos ontológico-estruturais da ética, especialmente no campo profissional, e da vida cotidiana, avançando na compreensão do Projeto Ético Político do Serviço Social e da questão do preconceito sob a ótica de Heller, Carneiro e Fanon. Reafirma-se como imprescindível a devida apreensão e adesão aos fundamentos ético-políticos contidos no Projeto Ético Político.

Palavras-chave: Projeto Ético Político do Serviço Social. Ética. Vida Cotidiana. Preconceito.

RESUMEN

El ensayo discute aspectos ontológico-estructurales de la ética, especialmente en el campo profesional, y de la vida cotidiana, avanzando en la comprensión del Proyecto Ético-Político del Trabajo Social y la cuestión del prejuicio desde la perspectiva de Heller, Carneiro y Fanon. Reafirma la importancia de la adecuada comprensión y adhesión a los fundamentos ético-políticos contenidos en el Proyecto Ético-Político.

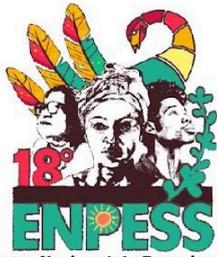
Palabras clave: Proyecto Ético y Político del Trabajo Social. Ética. Vida cotidiana. Prejuicios.

1. INTRODUÇÃO

Dardot e Laval (2016) introduzindo sua obra “A nova razão do mundo: ensaio sobre a sociedade neoliberal” reafirmam que o neoliberalismo está longe de dar seus últimos suspiros. A referência dos autores é feita face a uma² das tantas crises que reincidentemente afetam as

¹ Universidade Federal de Juiz de Fora

² Os autores referem-se à crise de 2008, desencadeada pela falência do banco Lehman Brothers.



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

sociedades capitalistas, ocasionando circunstâncias extremas, muitas vezes interpretadas ilusoriamente como um esgotamento da racionalidade do capitalismo neoliberal. Contrariando as previsões mais otimistas, o que se tem visto, desde então, foi o aprofundamento desta racionalidade, que se tornou “razão do capitalismo contemporâneo”, que avança na “construção histórica e norma geral de vida” para as sociedades contemporâneas. (Op. Cit, p. 13-17).

Vivemos tempos difíceis, tempos de crises de diferentes ordens e intensidades. Marx já revelara em suas formulações que a possibilidade ou tendência de crises encontra-se associada ao modo e à dinâmica do capitalismo. Ao engendrar um jogo de forças que pendem ora ao equilíbrio ora ao desequilíbrio, num movimento de tensões e conflitos, de tendências e contratendências, o desencadeamento de uma crise torna-se tendência imanente ao sistema.

Tempos pandêmicos sob o impacto de uma crise sanitária de caráter global — o coronavírus (COVID-19) —, que potencializou a crise econômica mundial, sobretudo nos países de capitalismo periférico e dependente como o Brasil³. Passado o período pandêmico inicial, sem esquecermos a persistência da circulação deste vírus no plano mundial, novos eventos assolam a cena mundial.

Em fins de fevereiro de 2022, as tensões estabelecidas em nível crescente entre Rússia e Ucrânia⁴ tiveram como desfecho a invasão da Rússia ao país vizinho, dando início a um conflito armado que se mantém até os dias de hoje. Agora assistimos perplexos à guerra iniciada por Israel, supostamente contra o Hamas, que rapidamente transformou-se em uma crise humanitária

³ Entre os anos de 2020 e 2022, o Brasil vivenciou uma política governamental nacional que definiu um posicionamento de privilegiar a economia em face da saúde, escolha que supõe uma falsa oposição entre estas políticas, mas que, inobstante a defesa incondicional da economia, o quadro que se desenhou foi de crescimento do desemprego e dos índices de insegurança alimentar, com o retorno da fome, aumento do número de pessoas dependentes do auxílio emergencial, assim como das pessoas em situação de rua. Outrossim, o atraso na aquisição de vacinas e na vacinação da população, a orientação do consumo de medicamentos comprovadamente ineficazes e a não aquisição e distribuição de insumos aos estados, desencadeou o agravamento da crise sanitária no país, a exemplo da falta de oxigênio em Manaus - AM. Este direcionamento trouxe à baila ações políticas praticadas pelo governo brasileiro tipificadas como genocidas, pautadas, em termos ideológicos, pela negação da ciência e por um conservadorismo de viés reacionário, voltado à manutenção da acumulação capitalista em prejuízo dos interesses das classes populares.

⁴ O conflito entre os dois países remonta ao ano de 2014, com a anexação da Criméia pela Rússia, e os desdobramentos do apoio às regiões separatistas de Donetsk e Lugansk. Podemos situar entre as principais razões: a expansão da Otan pelo Leste Europeu, a possibilidade posta de adesão da Ucrânia à aliança militar, a contestação ao direito da Ucrânia à soberania independente da Rússia, entre outras. Disponível em: <https://exame.com/mundo/guerra-russia-ucrania-entenda/>; <https://www.cnnbrasil.com.br/internacional/alem-de-russia-e-ucrania-saiba-quais-sao-as-outras-guerras-ativas-no-mundo/>. Acesso em março de 2024.



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

catastrófica, assumindo o caráter de genocídio do povo palestino em Gaza⁵. Na América Latina e em outras partes do mundo, assistimos o avanço da extrema direita e de governos autoritários/reacionários (seja de direita, seja de esquerda), além de tentativas de golpes de Estado. Os conflitos armados desde sempre se vinculam a motivações diversas. Disputas territoriais, diferenças étnicas e religiosas, movimentos separatistas, instabilidades econômicas e políticas estão entre os possíveis fatos geradores das contendas e tensões do mundo atual.

Face a um cenário de tamanha insegurança, ideologias xenofóbicas, nacionalistas e racistas assumem visibilidade assustadora, sendo observados episódios de discriminação⁶ como os que ocorreram em filas de embarque nos trens ou em postos fronteiriços da Ucrânia, destinados a negros, africanos, indianos e latino-americanos, que tentavam escapar da zona de conflito e abandonar o país.

Os eventos supracitados, que de modo algum restringem ou sumarizam a complexidade de nossa época, servem como pano de fundo para se pensar a ética e seus pressupostos contemporaneamente, tendo em vista as necessidades do gênero humano associadas à liberdade e a superação das desigualdades e discriminações existentes.

Tratar da ética, seja em sua dimensão social, seja na dimensão de uma ética profissional, coloca-nos diante de um tema complexo e desafiador, que não se exaure em poucas linhas. À vista disso, neste ensaio de ambição e amplitude restritas, a abordagem que se faz reflete um esforço preliminar para responder às seguintes questões: ao falarmos sobre a ética, de qual ética falamos? Quais os elementos fundantes de uma ética profissional que se pretende emancipatória? O ponto de partida, portanto, é a realização de uma incursão conceitual nos elementos que favorecem uma compreensão mínima sobre a ética.

2. ASPECTOS CONCEITUAIS

⁵ Existe, de fato, uma situação de conflito endêmico entre a Palestina e Israel, desde a sua criação em 1948.

⁶ Desde o início do conflito entre Rússia e Ucrânia, o êxodo populacional ultrapassa 2.8 milhões de refugiados que buscam nos países fronteiriços proteção e asilo provisório, dentre os quais muitos estudantes e trabalhadores de nacionalidades diversas (África, Índia, etc.). Os relatos sobre situações de discriminação multiplicaram-se e disseminaram-se rapidamente por intermédio das redes sociais e televisivas, ao longo desse período, sendo observado que barreiras impostas tanto por governos locais, que disponibilizam assistência aos refugiados, quanto pela mídia internacional, realçam os contornos de episódios de segregação racial e xenofobia até certo ponto invisibilizados. Disponível em: <https://www.natgeo.pt/historia/2022/03/guerra-e-racismo-migrantes-que-fogem-da-ucrania-sao-selecionados-nas-fronteiras-europeias> . Acesso em março de 2024.



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

Ética e moral são pares categóricos que caminham juntos. Isso porque, a ética se debruça sobre o problema dos valores e estes tensionam, forçosamente, a vida moral. Agnes Heller⁷ em seu livro “O Cotidiano e a História”, apresenta-nos ricos argumentos sobre o processo de construção e degeneração dos valores ao longo da história. A compreensão do valor, enquanto fenômeno axiológico nas sociedades contemporâneas, é tão ou mais necessária do que fora outrora, pois vincula-se às atividades dos homens, ou seja, é objetividade social, sendo “expressão e resultante de relações e situações sociais” (2008, p.15-16).

Heller (2008, p. 15) define *valor* como “Tudo aquilo que faz parte do ser genérico do homem e contribui, direta ou mediatamente, para a explicação desse ser genérico.”

Genericidade que traz consigo características próprias da *essência humana*⁸, histórica e socialmente determinada, na qual se expressam elementos que a caracterizam, quais sejam: “o trabalho (a objetivação), a sociabilidade, a universalidade, a consciência e a liberdade”.

Sem adentrarmos no âmbito específico de cada elemento componente da essencialidade humana, por ora importa dizer que os valores, socialmente construídos, regulam as relações sociais, relações que se estabelecem entre os indivíduos e destes com a coletividade. Nestes termos, referenciam as escolhas dos indivíduos entre alternativas que estão postas no campo de possibilidades, instituído pela ação criadora do ser humano. Tais escolhas pressupõem a valoração, isto é, *escolhas de valor* e comparações (melhor/pior, correto/incorreto, etc.), por meio das quais os indivíduos atuam com relativa autonomia em suas decisões (Barroco, 2008; Vinagre, 2011).

A vida cotidiana é experimentada pelo homem que nela comparece por inteiro. Este é o espaço onde expressa sua individualidade, sua personalidade, capacidades e habilidades, sentimentos e ideias. Caracterizando-se como uma esfera na qual prevalecem a heterogeneidade,

⁷ Os apontamentos da autora, pautados no pensamento de György Lukács, são de fundamental importância para compreender a especificidade ontológica do ser social em suas distintas esferas. Aqui será dado destaque à abordagem da ética e da moral, no que diz respeito aos aspectos conceituais e em sua interrelação com os elementos que fundamentam o projeto profissional do Serviço Social, tendo-se clareza do risco a simplificações e dos limites a que estamos sujeitas, já apontados.

⁸ A autora recorre à análise realizada por György Márkus (1996), estudioso que, assim como ela, participou da Escola de Budapeste, acerca dos componentes da essência humana no pensamento do jovem Marx. Escola de pensamento marxista composta por alunos ou colegas de György Lukács, a chamada *Escola de Marxismo de Budapeste*, surgiu na Hungria, no início dos anos 1960, e reuniu entre seus membros, Ágnes Heller, Ferenc Fehér, György Márkus, István Mészáros, Mihály Vajda e Maria Márkus, entre outros. Importante interlocutora do pensamento de Lukács, Heller acaba por distanciar-se posteriormente do pensador húngaro. Disponível em: https://artigos.wiki/blog/en/Budapest_School . Acesso em março de 2024.

a imediatividade e a experiência, o cotidiano permite ao homem agir sem, contudo, aprofundar-se, com toda sua potência, em suas capacidades.

As ações e escolhas dos indivíduos na vida cotidiana, com vistas à satisfação de suas necessidades imediatas, são orientadas por valores morais. Para Vázquez (1984, p. 5-7) a moral expressa-se como uma relação entre as atividades humanas próprias do comportamento prático-moral dos indivíduos, em diferentes períodos históricos e contextos sociais. Os problemas morais são aqueles que se apresentam aos homens em situações concretas do cotidiano, traduzidos por um sistema de costumes e exigências. Enquanto indivíduos resolvemos situações específicas, concretas, que nos são apresentadas, recorrendo às normas, aos costumes e às prescrições vigentes.

Tais normas ou prescrições expressam, por um lado, o aspecto de normatização e do estabelecimento de regras sobre o agir humano, por outro, o aspecto de efetividade, demonstrado pela conformação da ação com a norma estabelecida. Assim, importam o caráter social da moral, mas, igualmente, o indivíduo como ser que interioriza e adere à normativa e aos deveres nela prescritos.

A ética, por sua vez, volta-se aos problemas de natureza moral que denotam generalidade, isto é, estabelecem o nexos entre a particularidade e a universalidade do gênero humano. Não há, por parte desta, uma ação prescritiva ou normativa, o que decerto vincula-se à experiência histórico-social no domínio da moral. Diversamente, a ética, tal como a entendemos, volta-se para a reflexão crítica da vida cotidiana e, como filosofia crítica, “contribui para a ampliação das capacidades ético-morais.” (Barroco, 2010, p.55)

Nesse sentido, a reflexão ética para Barroco (2010, p.57) possui caráter revolucionário, posto que

[...] é crítica à moral do seu tempo e possibilidade de **projeção ideal** de uma sociedade em que os homens possam se realizar **livremente**, sempre com base nas **possibilidades** reais e em face do desenvolvimento genérico já realizado. Por isso, a ética é, também, uma referência para a práxis político-revolucionária, seja como instrumento teórico-crítico, seja como orientação de valor que aponta para o **devir**. (grifos nossos)

Os grifos realizados no trecho supracitado apresentam elementos fundantes e que devem referenciar a discussão que segue sobre o Projeto Ético Político e a ética profissional.

3. O DEVER-SER DO PROJETO ÉTICO POLÍTICO DO SERVIÇO SOCIAL: PROBLEMATIZAÇÕES INICIAIS



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

É ainda bastante recente o processo de amadurecimento e renovação do Serviço Social brasileiro. A literatura⁹ indica o final dos anos de 1970 e os anos de 1980 como o espaço temporal no qual a profissão evidencia o processo que inaugura uma *intenção de ruptura*¹⁰ com o Serviço Social tradicional. O esforço realizado na edificação de uma ruptura com o conservadorismo característico do Serviço Social desde sua gênese, resultou em um direcionamento sociopolítico assumido como profissionalmente hegemônico no âmbito acadêmico-formativo, no arcabouço legal de regulamentação do exercício profissional e no âmbito de suas entidades organizativas.

A cena brasileira à época transitava de um regime ditatorial em crise para a reconstrução de uma democracia a partir das lutas empreendidas por atores sociais diversos, como, sindicatos, organizações sociais e religiosas, movimentos sociais, etc. O Serviço Social brasileiro não esteve ausente desses embates, e suas vanguardas ao propugnarem uma nova base de legitimidade junto aos requisitantes da ação profissional, assumem o imediato compromisso com a classe trabalhadora. O somatório de avanços teórico-práticos identificados, dados pelo amadurecimento e redimensionamento da imagem da profissão, característico do processo renovador, se corporifica então sob a denominação de Projeto Ético Político do Serviço Social (PEP)¹¹. Citam-se como referências normativas a este projeto o Código de Ética do/a Assistente Social (Resolução CFESS N° 273 de 13 março de 1993), a lei que regulamenta a profissão (Lei nº 8662 de 7 de junho de 1993) e as Diretrizes Curriculares de 1996. Estes três documentos normativos sinalizam, em termos gerais, a renovação política das entidades organizativas da categoria profissional (CFAS/CRAS, hoje CFESS/CRESS), as conseqüentes instituições dos Códigos de Ética de 1986 e de 1993 e a superação das limitações formativas, baseadas na segmentação teórico-prática tradicional, tipificadas como Serviço Social de caso, grupo e comunidade. (Vinagre, 2011)

⁹ Ver, entre outros, NETTO (1992); IAMAMOTO (1986; 2007)

¹⁰ Termo consagrado na literatura da área por José Paulo Netto (2015) para designar uma das perspectivas de renovação do Serviço Social que intenciona a ruptura com o tradicionalismo presente no âmbito profissional, em termos formativos e do exercício profissional. Não esqueçamos que, como a própria terminologia indica, trata-se de uma intenção, ou seja, um propósito, uma disposição, e, portanto, o segundo termo — ruptura — é vinculado e não absoluto. Em outras palavras, apesar de ter-se como propósito uma ruptura com o conservadorismo, ele ainda é vigente, seja na sociedade, seja no interior da profissão, sendo esta constituinte e constituída por aquela.

¹¹ O Projeto Ético Político do Serviço Social brasileiro recebe os influxos do movimento de reconceituação latino-americana, do Método BH, e de outras experiências e processos, mas, sobretudo, e de maneira contundente, tem-se o Congresso da Virada (1979) como ponto de inflexão para o fortalecimento da adesão da categoria profissional nas lutas sociais contra a ditadura, pela defesa da redemocratização da sociedade brasileira e pelo necessário impulso de renovação profissional.



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

O Projeto Ético Político do Serviço Social, como expresso em sua nomenclatura, traz como condição fundamental o vínculo imprescindível entre ética e política como um par categorial, sinalizando uma direção social e um dever-ser. Como marco histórico de referência à formação, à organização e ao exercício profissional devemos “compreendê-lo no seio de uma práxis, como movimento do pensamento e da ação, voltados à transformação.” Não se trata de qualquer idealização relativamente à sua efetividade, mas de considerá-lo como possibilidade, uma vez que como projeto ele comporta, como já indicado, um devir; mas importa, igualmente, sua coexistência antagônica com outros projetos, com implicações diretas na “luta cotidiana difícil e complexa diante das contradições e dos paradoxos societários existentes.” (Sarmiento, 2011, p. 218)

Netto (1999, p. 4) nos informa que a edificação de um projeto profissional é realizada por um sujeito coletivo, um corpo profissional, que não se restringe aos profissionais ditos de campo, envolvendo, igualmente, os demais membros que dão efetividade à profissão, dentre os quais, pesquisadores, docentes e estudantes da área, os órgãos corporativos, as entidades acadêmicas e sindicais. Em tal projeto define-se para a profissão a sua autoimagem, os valores, objetivos, funções e requisitos para o exercício profissional, comportamento, etc.

A adequada compreensão do PEP vincula-o aos processos histórico-social e profissional sobre os quais incidem transformações de ordem econômica, histórica e cultural, além do desenvolvimento da própria profissão. Trata-se, portanto, de captar sua potência e sua habilidade de atenção e adequação ao que se requisita à profissão, objetivando não somente dar respostas às expressões da *questão social*¹², mas, de modo igual, considerar seus vínculos teórico-práticos e ético-políticos com um projeto societário emancipatório. Aqui reside sua inalienável dimensão política, naquilo que diz respeito às suas relações com um projeto societário, projeto macroscópico de natureza coletiva, que apresenta interseções de diferentes naturezas — classe, gênero, etnia/raça, etc. — como elementos configuradores da sociabilidade existente.

A complexidade das esferas da ética e da política no ordenamento da sociabilidade capitalista, com repercussões em nosso projeto profissional, exige de nós uma reflexão ainda mais acurada, associada às contradições, aos matizes e traços que a delineiam contemporaneamente. Significa, portanto, que a tarefa de reflexão não pode prescindir de ter em consideração que as diversidades e diferenças existentes no contexto social moldam nossas

¹² Entende-se por *questão social* “o conjunto de problemas políticos, sociais e econômicos que o surgimento da classe operária impôs no curso da constituição da sociedade capitalista [...] a *questão social* está fundamentalmente vinculada ao conflito entre o capital e o trabalho”. (Cerqueira Filho (1982) citado por Netto, 1992, p. 13)



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

concepções de ética e política e convergem reciprocamente, muito embora, não em grau e medida idênticos.

Por conseguinte, é importante que se problematize, ainda que de forma introdutória, questões relativas à ética e aos direitos humanos, naquilo que se vinculam ao preconceito, e possíveis repercussões no exercício profissional.

4. REFERÊNCIA ÉTICO-VALORATIVA DO SERVIÇO SOCIAL: O CÓDIGO DE ÉTICA PROFISSIONAL

Na trajetória histórica do Serviço Social brasileiro observamos um total de cinco códigos de ética¹³, entre os quais o instituído pela Resolução CFESS N° 273, de 13 março de 1993, encontra-se vigente.

O Código de 1993 ratificou os avanços presentes no de 1986 e incorpora mudanças, expressão do amadurecimento teórico-filosófico profissional, em termos de explicitação do significado social da profissão e das implicações ético-políticas de sua intervenção. E mais, associava-se radicalmente a um projeto societário de cunho emancipatório vinculado à classe trabalhadora.

Um Código de Ética Profissional é o documento que formaliza e regulamenta os parâmetros do exercício profissional, assim como define valores axiológicos. O Código de Ética do/a Assistente Social completa 31 anos desde sua instituição e, como instrumento normativo e valorativo da ética profissional dos/as assistentes sociais, consubstancia a direção social crítica do Serviço Social, um dos avanços consolidados no terreno da ética, e, em decorrência, desencadeia as necessárias revisão e aprovação das Diretrizes Curriculares para o ensino do Serviço Social (1996). O texto do Código incorpora onze princípios que se encontram em estreita conexão, em termos de coerência e encadeamento internos, o que impede uma análise isolada ou excludente. Tais princípios, além de serem referenciais e conferirem um sentido (direção) ao exercício profissional, servem de base normativa e, por isso mesmo, são garantidores da defesa pela sociedade da qualidade do atendimento que lhe é destinado.

¹³ Data de **1947** o primeiro Código de Ética do Assistente Social. Sua revisão aconteceu em **1965** e, num intervalo de dez anos, portanto, **1975**, nova reformulação ocorreu. Nestas versões prevalecem, em termos gerais, influências filosóficas do neotomismo e do funcionalismo. O Código de Ética de **1986** nasce em meio ao processo de renovação profissional, que contradita o conservadorismo e busca instituir “uma nova moral profissional e de uma nova ética no interior do Serviço Social, a qual aponta o compromisso com as classes trabalhadoras” (Vinagre, 2011, p. 140-41).



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

Sumarizando o nexu valorativo de nosso Código de Ética, vemos que

O Código de 1993 aponta a necessidade da defesa da liberdade como valor ético central. Afirma que o exercício profissional não pode ser efetuado discriminando ou sendo discriminado por razões de classe social, gênero, raça, etnia, orientação sexual, geração, condição física etc. Fala em indivíduo social – o que expressa uma determinada concepção de ser humano, distante da perspectiva individualista burguesa. Expressa seu compromisso com a socialização da participação política, mas, também, da riqueza que, produzida cada vez mais social e coletivamente, é apropriada por poucos. Afirma o compromisso profissional com a capacitação continuada e com a qualidade dos serviços prestados à população.

Todas estas perspectivas não são defendidas a partir de um discurso único: ressalta-se a necessidade de que o pluralismo seja um horizonte a ser garantido nos debates profissionais sobre o papel social do Serviço Social, sobre a vida social e sobre os mais distintos fenômenos que lhe são correlatos. O Código ressalta, novamente na contramão do que pretende quem defende o status quo atual, que saídas para desigualdades sociais e culturais devem ser buscadas coletivamente (embora não negue a dimensão ética e o impacto social das escolhas que fazemos individualmente). (CRESS-RJ, 2013, p. 5-6)

Não há dúvidas de que no plano formal-normativo os avanços foram significativos. Contudo, consideramos que o questionamento formulado por Vinagre Silva (2009, p. 144), nos anos de 1996, mantém-se ainda atual: “como construir um projeto profissional, ancorado em uma proposta de transformação radical, que possa prever todas as desigualdades, e não só as de classe, restritas a uma leitura economicista?” Em outros termos: o Projeto Ético Político profissional, que fornece as bases para o exercício profissional do assistente social, tem incorporado, factualmente, uma perspectiva que privilegie o combate a todas as desigualdades sociais, em especial aquelas geradoras de preconceito? A resposta a essas questões, de complexidades extremas e geradoras de controvérsias, serão pontuadas introdutoriamente neste texto. Assim, limitaremos nossa problematização sumarizando as implicações do preconceito trazidos por Heller (2008), Carneiro (2005) e Fanon (2008).

5. SOBRE O PRECONCEITO

A oportunidade proporcionada pelas leituras realizadas para cumprimento da disciplina “Ética, Direitos Humanos e Serviço Social”¹⁴, forneceu-nos uma aproximação e um olhar crítico sobre a situação do preconceito a que se encontra submetida a maior parte da população brasileira. Apenas em relação ao aspecto racial, temos hoje um percentual de 56,8% de nossa

¹⁴ Disciplina cursada pela Prof.^a Simone Sobral Sampaio, junto ao Programa de Pós-Graduação em Serviço Social/UFSC.



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

população¹⁵ que se identifica como negra, tendo-se, neste espectro, a soma das populações preta e parda, nos termos da conceituação utilizada pelo IBGE. Sabemos também: que os negros são minoria nas posições de liderança no mercado de trabalho; estão sub-representados nos cargos políticos no Legislativo; na magistratura brasileira são em números insignificantes; constituem a maior parte daqueles que não têm emprego ou estão subocupados; o maior contingente entre as vítimas de homicídio é de negros, que também figuram entre mais de 60% da população carcerária do país. Poderíamos continuar a apresentar números que demonstram claramente a situação de extrema desigualdade que se impõe sobre a população negra, entretanto, nosso propósito é, para além da identificação da face cruel da desigualdade que assola nosso país e, quiçá, o mundo (olhando para as situações mencionadas no início deste trabalho), compreender o preconceito e suas particularidades. Logo, a retomada da leitura de Agnes Heller é obrigatória para o devido entendimento sobre os elementos constituintes do preconceito.

A autora identifica o preconceito como “categoria do pensamento e do comportamento cotidianos”. E por participar do universo da vida cotidiana, onde prevalecem “a natureza efêmera das motivações [...] o pensamento fixado na experiência, no empírico e, ao mesmo tempo, ultrageneralizador”; o preconceito assume, da mesma forma, tais características. (2008, p. 63)

A característica de ultrageneralização de nossos pensamento e comportamento cotidianos se manifesta por meio de estereótipos, arranjos e similitudes pré-existentes, impostos ao indivíduo pelo meio social. Nestes termos, a tradição e a experiência do indivíduo podem se constituir como fontes da ultrageneralização. Na cotidianidade estamos inexoravelmente sujeitos à ultrageneralização, como forma de dar conta de uma diversidade imensa de situações com as quais nos defrontamos. Assim, formamos juízos provisórios que antecipam respostas necessárias à imediaticidade da vida cotidiana. O preconceito, entretanto, caracteriza-se como um tipo específico de juízo de valor.

Heller argumenta que os preconceitos são juízos de valor “que se conservam inabalados contra todos os argumentos da razão” e que sua origem antropológica o associa a uma “fixação afetiva”. Fé e confiança são os afetos que vinculam o indivíduo a opiniões e convicções. A fé mobiliza o preconceito e vincula-se diretamente a motivos particulares em detrimento aos da genericidade humana. Os preconceitos situam-se no campo em que o indivíduo estabelece uma relação “com os objetivos da fé e com a necessidade satisfeita pela fé”, sempre em termos

¹⁵ Dados obtidos pela [Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios \(Pnad\) Contínua do IBGE](#) mostram que 56,8% da população brasileira é negra (pardos e pretos). Acesso atualizado em: 16 de agosto de 2024.



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

particulares. A confiança, por sua vez, se expressa no indivíduo consciente, mesmo que relativamente, de sua *essência humano-genérica*. Nesse sentido, as necessidades do indivíduo cedem lugar a outras, cuja teleologia não se restringe ao plano particular, mas extrapola-o em direção à genericidade humana. (p. 68-69)

Importante destacar que o par de sentimentos amor-ódio, que se vincula à fé, é base e fundamento dos preconceitos, o que desperta valorações positivas ou negativas que, em última instância, reforçam pensamentos e sentimentos de oposição. O desprezo pelo *outro*, pelo diferente, são próprios do preconceito.

Ao pensarmos a questão racial no Brasil é incontestável que, por intermédio de diferentes mecanismos de opressão, discriminação e falseamento, os negros ocuparam sempre o lugar do *outro*. O mito da democracia racial, o discurso da tolerância, o branqueamento da raça, entre outros mecanismos, instituíram o preconceito velado e a construção de lugares de dominação, de processos que garantiram um assujeitamento — dispositivo de racialidade que constitui o negro como um *não-ser*. (Carneiro, 2005)

O *outro* como *não-ser* é objeto, é entrave, contraposto ao *Eu hegemônico*. Ao mesmo tempo, tem sua imagem constituída de forma inferiorizada, de tal forma a manter na sua dominância a hierarquização social. Assim, o *outro* como *não-ser* é necessário para que se mantenha uma dominação inabalável, uma relação confortável que garanta, do outro lado, o lugar de privilégio. Trata-se de uma relação dialética e contraditória entre o ser e o *não-ser*, em que a afirmação de um exige a negação do outro. E, ao admitirmos essa relação, em que o *outro* não pode ser, estaremos admitindo uma relação não ética.

Carneiro (2005, p. 42) considera o racismo como um processo de exclusão moral, na medida em que o *Eu hegemônico* manifesta “superioridade pela produção do inferior, pelo agenciamento que esta superioridade produz sobre a razoabilidade, a normalidade”. A racialidade estabelece, portanto, o dual em oposição (positivo/negativo) e designa a cor da pele como fator que identifica o normal, sendo a brancura o padrão. Nosso comportamento passa a objetivar um campo de moralidade, no qual regras de conduta — do bom e do mau, do positivo ou não — são organizadas e instituídas. E o comportamento fora do instituído recebe uma marca, um estereótipo, seja positivo ou negativo. Desta forma, o comportamento do negro é considerado estereotipado positivamente — a mãe preta, o negro cordato, a boa escrava, preto de alma branca, enfim, aquele que sabe o seu lugar; e negativamente — revela aquele que se rebela, que transgride em relação ao que dele se espera, que rejeita o lugar que lhe é reservado.

Fanon (2008), em sua Obra “Pele negra, máscaras brancas”, demonstra uma radicalidade bastante atual que nos ajuda a compreender o presente das relações étnico-raciais. Suas publicações influenciaram o movimento negro e grande parte da intelectualidade negra brasileiros, dentre eles, Abdias do Nascimento e Lélia Gonzales.

Segundo o autor, racismo e colonialismo foram socialmente gerados como aspectos materiais do surgimento e da expansão do capitalismo, mas também como formas de ver e de viver o mundo. Esse processo forjou as condições materiais, o processo de subordinação e de constituição do ser negro.

A fragmentação é a marca da modernidade e a moralidade do capitalismo expressa uma liberdade individual que se realiza no impedimento da liberdade do outro; este é óbice, elemento que ameaça. Portanto, para ser reconhecido o outro precisa deixar de ser quem é. Nestes termos, o negro precisa assumir características do branco, em última instância, embranquecer.

A sociabilidade do capital estabelece um processo de objetificação, no qual as relações são constituídas entre coisas. O próprio homem se objetifica no processo de produção capitalista. O negro, porém, é não apenas objeto, mas um *objeto abjeto*. No contrato da socialidade burguesa, o negro não aparece, ele não é contratante, portanto, o seu sofrimento e suas demandas (subjetivas e objetivas) não são reconhecidos. Fanon faz a crítica à interdição do reconhecimento, processo secular de silenciamento dessa dor.

A pele negra é constituída como um *corpo patológico*, reúne todas as características negativas, assim como o seu comportamento é patológico, constantemente indicado como *autenticamente* negro. Encontrando-se no lugar do *inautêntico*, o negro busca sair desse lugar pela via do embranquecimento, de parecer civilizado de acordo com as regras estabelecidas, deixando de ser o outro. Se o outro é o *menos eu*, o *eu precário*, o *eu patológico*, inexistente, portanto, uma relação eu-outro na relação racista. É isso que nos oferece a sociabilidade capitalista. A moralidade dessa sociabilidade impõe a ideia de um homem universal, quem estiver fora dessa ideia não é reconhecido. A imagem é construída pelo colonizador — o homem branco — sua imagem e semelhança.

O autor credita à civilização europeia o desvio existencial infligido ao negro, tornando-o alienado de si mesmo. Reverter essa alienação, desaliená-lo requer “uma súbita tomada de consciência das realidades econômicas e sociais. Só há complexo de inferioridade após um duplo processo: — inicialmente econômico; — em seguida pela interiorização, ou melhor, pela epidermização dessa inferioridade”, questão que não se restringe ao individual, porque



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

socialmente construída. (p.28)

6. NOTAS (IN)CONCLUSIVAS

A discussão realizada até aqui teve a intenção de demonstrar a pertinência categórica da ética como elemento central no estabelecimento de padrões civilizatórios, principalmente quando observamos um cenário trágico que nos impede, muitas vezes, de realizar análises propositivas em direção a uma possível ruptura com a lógica destrutiva da sociabilidade vigente. Contemporaneamente, inserimo-nos em uma sociedade burguesa que se estrutura em bases extremamente desiguais em termos de classe social, gênero, etnia, religião, nacionalidade, orientação sexual, identidade de gênero, idade e condição física. Não há, portanto, como desconsiderar as problematizações trazidas por autores como Heller, Carneiro e Fanon, entre outros, no que se refere ao preconceito¹⁶.

O preconceito mobiliza afetos, gera estereótipos, estabelece o outro como *não-ser*, aliena o negro de si mesmo quando o torna um *eu precário* e *patológico*. Como um fenômeno socialmente construído, o preconceito afeta largo espectro étnico-racial, caracterizado pela cor da pele. A inferiorização dessa população ocorre com base em processos econômicos e *epidérmicos*, isto é, pela interiorização da inferioridade, provocada historicamente pelos processos de colonização, da decorrente escravização e a posterior manutenção dos processos de exclusão dos negros do usufruto da vida social. Em uma sociedade estruturada por um processo *epidérmico-racista*, nos termos de Fanon, a pele, o corpo, o tornam um *eu menos*, sendo negada ao negro sua alteridade.

No cenário atual, trazido nas notas introdutórias, fizemos referência a um quadro geral de crises e conflitos, que se acentuam com a corrosão da democracia liberal provocada pela racionalidade neoliberal. Nesse sentido, sob quais parâmetros devemos pautar nossas ações profissionais?

Primeiramente, vale salientar que se trata de um enfrentamento que extrapola os limites dados por uma profissão. Trata-se de uma luta social, que se estabelece em torno da disputa existente entre projetos societários. Do nosso ponto de vista, a recusa ao racismo significa opor-se radicalmente a uma sociabilidade alicerçada estruturalmente em uma ética da exclusão, da desigualdade, do apequenamento do outro, do diferente, isto é, em uma não ética.

¹⁶ Restringimos nossa discussão ao preconceito racial, sem, com isso, desconsiderar outras formas de preconceito.



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

Isso redundava em diversas formas de opressão e discriminação existentes (machismo, racismo, etarismo, LGBTfobia, etc.), sendo necessário, portanto, superarmos qualquer tipo de hierarquização e priorização na luta para assumirmos a simultaneidade das faces da opressão em nossa sociedade.

O campo de ação profissional do assistente social situa-se neste contexto, o que pressupõe a inserção do sujeito profissional como alguém que é parte e sujeito às influências do pensamento dominante. Contudo, não se está, com isso, afirmando o assujeitamento absoluto do profissional; ao contrário, temos a convicção de que existe um campo de possibilidades a permitir escolhas no sentido da constituição de uma outra maneira de existir.

O Projeto Ético Político do Serviço Social é portador de uma ética profissional. Neste, um dos instrumentos que condensa os valores da profissão é o Código de Ética, no qual são incorporados princípios fundamentais direcionadores do agir profissional. Consideramos que este código mantém sua atualidade e demonstra uma integração entre o conjunto de prescrições e os princípios fundamentais. Ademais,

a linha condutora do Código vincula a dimensão ética do exercício profissional na intercorrência da defesa dos direitos/deveres do assistente social com o compromisso de prestações de qualidade aos usuários e do relacionamento com as organizações da sociedade civil e os movimentos sociais. (Netto, 2013, p. 22)

Logo, em sua interpretação há de se considerar a totalidade de sua formulação para que se apreenda sua significância e a imbricação existente entre princípios fundamentais e a totalidade das normas nele contidas. Dito isto, retomamos as perguntas inicialmente postas com o intuito de, se não as responder, ao menos indicar o sentido de nossa compreensão. São elas: De qual ética falamos? Quais os elementos fundantes de uma ética profissional que se pretende emancipatória?

Partimos da compreensão de uma concepção de ética que envolve crítica à imediatividade, vínculo a um projeto societário que funde uma nova forma de viver, capaz de fornecer alternativas vitais e de emancipação¹⁷ das potências do ser humano. Esta ética, no pensar e no agir, nos é conferida pela liberdade. Tanto o é que figura como categoria central e elemento fundante dos demais princípios do Código de Ética vigente. A categoria liberdade, em sua historicidade no tempo e no espaço, manifesta distintas concepções. Netto (2013, p. 23)

¹⁷ Discussão necessária e que pode ser vista em: MARX, K. A questão judaica. São Paulo: Editora Moraes, 1991.



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

reconhece, mesmo, que

A variabilidade do sentido que se confere à liberdade não se registra apenas no curso da história – ela é constatável no quadro de uma mesma sociedade: quando esta se mostra dividida e marcada por antagonismos de classes, a sua cultura (e a categoria de liberdade só existe como parte integrante de um sistema cultural, que comporta tensões e subsistemas diferenciados) necessariamente os expressa; nem mesmo o controle que alguma classe sempre detém sobre os meios de divulgação de ideias (escolas, igrejas, veículos de comunicação social) pode ocultar por completo as contradições reais existentes.

Concordamos com a afirmação de Netto (2013, p. 24) segundo a qual a concepção de liberdade presente em nosso Código, expressa “a história não [...] [como] um cenário, um contexto: é a substância mesma de que se constitui a liberdade enquanto escolhas/opções que se fazem no confronto entre alternativas reais (ou, [...], enquanto respostas que se propõem em face de problemas objetivos)”.

Frente a uma sociabilidade em que prevalecem a exploração e dominação, afirmar a possibilidade de uma nova ordem societária como referência, acentua o caráter revolucionário manifesto nos princípios fundamentais deste Código. Nesse sentido, a liberdade que indica o sentido da ação profissional é a possibilidade de escolher entre alternativas concretas, no horizonte dos possíveis.

Neste ponto, encerrando estas notas (in)conclusivas, temos a certeza de que as questões postas foram apenas parcialmente respondidas, pois, certamente, mereceriam um aprofundamento dos inúmeros aspectos e das problematizações a respeito da ética profissional e sobre o preconceito aqui somente aventados. O Serviço Social como profissão assalariada estabelece, em seu exercício profissional, uma relação extremamente complexa e mediatizada com a sociedade na qual se insere. Sujeita-se, portanto, a condições objetivas e subjetivas que incidem sobre suas ideias, concepções e sobre o próprio fazer profissional. A vida avassaladora do cotidiano exige que o profissional responda às factibilidades das políticas (CADÚnico, bolsa família, etc.) e suas burocracias. O Projeto Ético Político Profissional é a referência, o devir, a partir do qual teremos que construir as alternativas éticas possíveis.

Ao vislumbrarmos o PEP como uma formação ideal, nos termos de Lukács, como uma ideologia, uma formação social que compreende e percebe quais são os problemas existentes na realidade, que requerem uma intervenção no sentido de suprimi-los, então essa ideia presente em nosso projeto profissional traduz a intenção de retirar o sujeito do espontaneísmo da vida, de respostas espontâneas, e levá-lo a compreender a realidade, pois somente na medida da



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

compreensão da realidade o sujeito profissional pode assumir uma posição distinta no seu exercício profissional e romper com o burocratismo, com o imediatismo cotidiano e com tantos outros *ismos* a serem superados. Utilizando uma metáfora lukacsiana, o Projeto Ético Político solicita ao sujeito profissional retirar-se do rio, sentar-se à margem e ver para onde a correnteza está nos levando. O PEP nos diz da responsabilidade ético-política para além da imediaticidade da prática: responder sistema, avaliar, relatar, etc.

REFERÊNCIAS

BARROCO, M^a Lúcia Silva. **Fundamentos éticos do Serviço Social**. In: Serviço Social e Saúde: Formação e Trabalho Profissional; módulo 1. Brasília, CFESS/ABEPSS/CEAD/UnB, 1999.

_____. **Ética: fundamentos sócio-históricos**. São Paulo, Cortez, 2008.

_____. **Ética e serviço social: fundamentos ontológicos**. São Paulo, Cortez, 2010.

BONETTI, Dilsea A. (Org.). **Serviço Social e ética: convite a uma nova práxis**. 10. ed. São Paulo, Cortez, 2009.

CARNEIRO, Aparecida Sueli; FISCHMANN, Roseli. **A construção do outro como não-ser como fundamento do ser**. Universidade de São Paulo, São Paulo, 2005. Disponível em :

<<https://negrasoulblog.files.wordpress.com/2016/04/a-construc3a7c3a3o-do-outro-comonc3a3o-se-r-como-fundamento-do-ser-sueli-carneiro-tese1.pdf>>

CÓDIGO DE ÉTICA DO/A ASSISTENTE SOCIAL. Lei 8.662/93 de regulamentação da profissão. 10^a. ed. rev. e atual. Brasília: Conselho Federal de Serviço Social, 2012.

CONSELHO REGIONAL DE SERVIÇO SOCIAL (Org.). **Apresentação**. Projeto ético político e exercício profissional em serviço social: os princípios do código de ética articulados à atuação crítica de assistentes sociais. Rio de Janeiro: CRESS, 2013. p. 5-9

DARDOT, P.; LAVAL, C. A nova razão do mundo: ensaio sobre a sociedade neoliberal. São Paulo: Editora Boitempo, 2016.

FANON, Frantz. **A experiência vivida do negro**. In: Pele negra, máscaras brancas. Salvador: EDUFBA, 2008. p. 103-126

HELLER, Agnes. **Valor e história**. In: O cotidiano e a História; tradução de Carlos Nelson Coutinho e Leandro Konder. São Paulo, Paz e Terra, 2008. p.11-30

_____. **Estrutura da vida cotidiana**. In: O cotidiano e a História; tradução de Carlos Nelson Coutinho e Leandro Konder. São Paulo, Paz e Terra, 2008. p.31-62

_____. **Sobre os preconceitos**. In: O cotidiano e a História; tradução de Carlos Nelson Coutinho e Leandro Konder. São Paulo, Paz e Terra, 2008. p.63-88

NETTO, José Paulo. **A construção do projeto ético-político do Serviço Social**. In: Serviço Social e Saúde: Formação e Trabalho Profissional; módulo 1. Brasília, CFESS/ABEPSS/CEAD/UnB, 1999.

NETTO, José Paulo. **Liberdade: o valor ético central do código (três notas didáticas)**. In: Projeto ético político e exercício profissional em serviço social: os princípios do código de ética articulados à atuação crítica de assistentes sociais. Rio de Janeiro: CRESS, 2013. p. 20-29

NOVAES, Adauto. Disponível em: < [Ética segundo José Américo Motta Pessanha - YouTube](#) > 3 de junho de 2014. Acesso em outubro de 2021.

SARMENTO, Hélder Boska de Moraes. **Ética e Serviço Social: fundamentos e contradições**. Revista. Katálysis, Florianópolis, v. 14, n. 2, p. 210-221, jul./dez. 2011.



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

VÁZQUEZ, Adolfo Sánchez. **Ética**. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1984.

VINAGRE, Marlise. **Ética, Direitos Humanos e Projeto Profissional Emancipatório**. In: FORTI, V. e GUERRA, Y. **Ética e Direitos: Ensaio Crítico** (Orgs.). 3ª ed. Rio de Janeiro, Editora Lumen Juris, 2011.